

Negociação com credores começa

Manoel Francisco Brito

Correspondente

NOVA IORQUE — O negociador da dívida externa brasileira, embaixador Jório Dauster, chegou exatamente às 2h05 da tarde ao prédio do Citibank, na esquina da Rua 53 com a Avenida Lexington, para a segunda rodada de reuniões do governo brasileiro com seus credores privados, com duas preocupações na cabeça. A primeira, ouvir a contraproposta dos banqueiros à proposta apresentada pelo Brasil há três semanas. “Não sei qual o plano que eles têm em mente, mas já vou saber”, afirmou.

A segunda preocupação de Dauster era desmistificar a percepção catastrófica que a negociação da dívida está recebendo, segundo ele, no Brasil. “Não há razão para agonias. Não existe impasse, até porque, se ele existisse, não estaríamos tendo uma segunda reunião”, garantiu, dizendo inclusive que os brasileiros devem se acostumar ao fato de que estes encontros vão se tornar rotineiros daqui para a frente. “A negociação é complexa e lenta. Era impossível querer uma solução em duas semanas para o problema.”

Dauster disse ainda que chegava para esta nova rodada de contatos com apenas uma certeza. “Esta não será a última vez que verei os banqueiros”, resumiu. Os banqueiros, de seu lado, adorariam que esta fosse a última vez que vissem o negociador brasileiro, taxado por muitos dos credores brasileiros como um idealista, em oposição ao realista, no caso Ibrahim Eris, presidente do Banco Central. Os credores até apostam num eventual racha da equipe econômica do governo Collor, algo que é inclusive objeto de brincadeira entre seus membros.

O negociador brasileiro chega a esta reunião assumindo uma posição francamente negociadora — embora longe de ser dócil. Dauster lembra que o Brasil não quer pagar juros antes de um acordo mais global com os bancos e que, mesmo com um assinado, os banqueiros só verão um montante de dinheiro condizente com o que o Brasil pode desembolsar — o que, pelas contas do governo, para o ano que vem estaria em torno de US\$ 1 bilhão. “Nós fizemos uma proposta e abrimos os livros para mostrar-lhes os números”, lembrou Dauster.

“Se eles não gostaram, nós queremos agora que eles nos digam onde estamos errados”, afirmou. “Todo país pode pagar mais em teoria. Isso depende de políticas econômicas”, disse, sobre a insistência dos bancos não só em receberem mais do que o Brasil se propõe a pagar, como também receberem uma parte dos US\$ 8,4 bilhões em atrasados ainda este ano. “Mas nós não pretendemos comprometer nosso plano por causa disso”, reiterou. “Posso no máximo debater suas premissas, mas não podemos deixar os bancos ditarem nossas políticas.”

A dura posição do Brasil coloca um dilema para os bancos. Premidos por problemas de caixa imediatos, causados por empréstimos irresponsáveis para financiamento de operações na Bolsa e no mercado imobiliário, os credores privados americanos precisam desesperadamente de algum dinheiro para fechar seus balanços deste ano numa situação um pouco mais alvissareira. Fontes financeiras da capital americana insistem que os banqueiros, diante desta circunstância, estão tentando descolar a questão dos juros do resto da dívida.

Sua proposta é que o Brasil pague, até o fim deste ano, um terço da dívida acumulada de US\$ 10 bilhões, cifra de janeiro próximo, em atrasados. Os dois terços restantes seriam refinanciados, como um novo empréstimo, que seria então colado aos US\$ 60 bilhões equivalentes à dívida de longo prazo do país. O governo americano tem pressionado o Brasil a aceitar a idéia, invocando a situação de penúria dos bancos e acenando com uma ajuda no futuro para suavizar as posições dos banqueiros em relação à dívida brasileira.